

Governo dá R\$ 26 mi em kit de robótica a escolas sem água



Foto: Pedro Ladeira/Folhapress

Governo destina R\$ 26 mi em kit robótica para escolas sem água e computador

Verba do MEC beneficia empresa de aliado de Arthur Lira em Alagoas; ministério não comenta, e presidente da Câmara nega envolvimento

Paulo Saldaña

ALAGOAS O governo Jair Bolsonaro (PL) destinou R\$ 26 milhões de recursos do MEC (Ministério da Educação) para a compra de kits de robótica para escolas de pequenas cidades de Alagoas que sofrem com uma série de deficiências de infraestrutura básica, como falta de salas de aula, de computadores, de internet e até de água encanada.

Todos os municípios têm contratos com uma mesma empresa de aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), responsável por controlar em Brasília a distribuição de parte das bilionárias emendas de relator do Orçamento, fonte dos recursos dos kits de robótica.

Cada kit foi adquirido por R\$ 14 mil, valor muito superior ao praticado no mercado de alto padrão de ponta de nível internacional.

Lira, disse não ter envolvimento com contratação de empresas pelos municípios e que não solicitou aceleração de liberações de verbas. O Ministério da Educação e o FNDE não responderam.

A Folha visitou duas cidades beneficiadas e conversou com professores, gestores municipais e moradores. Canapi (AL) recebeu R\$ 5,4 milhões para a compra dos kits, o equivalente a R\$ 726,63 por aluno. A cidade tem 35 escolas e grandes desafios educacionais — nenhuma tem laboratório de ciências, por exemplo, e mais da metade não conta com internet.

Na escola rural Almirante Benjamim Sodré, no povoado de Cova do Casado, o pátio é de chão batido, alunos e séries diferentes precisam dividir a mesma sala de aula e falta água encanada.

É preciso usar um balde para dar a descarga dos banheiros usados pelos alunos da educação infantil e anos iniciais do fundamental. A escola, com paredes descascadas, ainda aguarda por reforma. A coordenadora da escola, Rosiane Maria Silva da Paz, 29, contou que o anúncio do projeto de robótica empolgou os professores, por se tratar de uma novidade. Mas há muitas outras prioridades. "Sobre a questão da água, tem a torneira facilitaria mais,

além de ter mais salas e manter a internet. Apiturna também seria importante, estou confiante em Deus que sairá a reforma", afirmou ela, que estudou na mesma escola.

Na cidade de Santana do Mundaú, os R\$ 4,5 milhões recebidos pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para a compra de robôs equivale a um gasto de R\$ 1,473 por aluno.

Na escola Pequeno Príncipe, os robôs são esperados pelos educadores com certo entusiasmo, apesar de recibo pela falta de algumas condições: os alunos não têm computadores, essencial para o uso dos robôs. "Nosso problema hoje é a questão da internet. Quando esse recurso vier, precisa de toda uma organização para que esse projeto funcione", diz Larissa Ferreira, 33, uma das coordenadoras da escola de 538 alunos.

As cidades beneficiadas têm entre 2.749 e 11.954 alunos. Todos os municípios contam com deficiências educacionais mais urgentes do que a adoção de projetos de robótica.

Enquanto União dos Palmares recebeu R\$ 7,5 milhões para a compra de kits de robótica, há três obras com recursos federais paradas na cidade. No bairro Condomínio Newton Gonçalves, o prédio que seria uma creche está apenas como um esqueleto de paredes sem telhados.

A construção, orçada em R\$ 3,4 milhões, foi liberada em 2014 e, hoje, permanece paralisada com 7% de execução.

Em Fleixiras, há uma obra abandonada de uma creche na mesma rua da secretaria de Educação, referente a um convênio com o FNDE de 2013.

Além de ignorar prioridades, a liberação dos recursos federais para a compra de kits de robótica foi a jato. Em quatro casos os empenhos ocorreram em dezembro e, nos outros, entre agosto e outubro.

O dinheiro foi depositado para os municípios entre fevereiro e março — mais um exemplo da falta de critérios técnicos do domínio do aparelhamento político na definição da liberação de verbas na gestão Jair Bolsonaro (PL). O empenho é a primeira etapa da execução orçamentária e reserva o recurso para a determinação da ação. Há ci-

dades que aguardam há mais de dois anos a liberação de recursos já empenhados. Em 28 de março o ministro Milton Ribeiro foi exonerado após virar tona a existência de um balaço de negócios na pasta, com participação de pastores evangélicos sem vínculo oficial com o poder público e acusações de cobrança propina até em barra de ouro.

Ribeiro perdeu o cargo sete dias após a Folha revelar o diário em que ele dizia que privilegiava pastores lobistas a mando de Bolsonaro. A existência da atuação extrajudicial dos pastores foi revelada pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Há no orçamento público uma rubrica para compra de materiais, que incluem os kits de robótica. Os R\$ 26 milhões liberados para aquisição do material a esses municípios alagoanos representam 68% de tudo que foi pago neste ano pelo FNDE para todo o país.

Ligado ao MEC, o FNDE é controlado pelo centrão — o presidente do fundo, Marcelo Lopes da Ponte, era chefe de gabinete de Ciro Noqueira (PP-PI), ministro da Casa Civil e aliado de Lira. Os dois comandam o PP segundo quem dá sustentação a Bolsonaro.

A empresa fornecedora dos kits de robótica para as escolas é a Megalic, que funciona em uma pequena casa no bairro de Jatiuca, em Maceió, com capital social de R\$ 1 milhão.

Apesar de fechar contratos milionários, a empresa é intermediária, não produz kits. Os registros da Megalic indicam situação em diversas áreas, de materiais de limpeza a instrumentos médicos.

A Megalic está em nome de Roberta Lins Costa Melo e Edmundo Catunda, pai do vereador de Maceió João Catunda (PSD), próximos de Lira. A informação da relação de Lira com os donos da empresa foi revelada pela Agência Pública.

O vereador e o presidente da Câmara foram os responsáveis por levar o ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro, a um encontro com prefeitos em Maceió em novembro. O secretário de Educação de Barra de Santo Antonio, Gustavo Medeiros, disse à Folha que esteve neste evento. O município recebeu R\$ 2,4 milhões para compra de kits.

Continua na pág. 45

de dois anos a liberação de recursos já empenhados.

Em 28 de março o ministro Milton Ribeiro foi exonerado após virar tona a existência de um balaço de negócios na pasta, com participação de pastores evangélicos sem vínculo oficial com o poder público e acusações de cobrança propina até em barra de ouro.

Ribeiro perdeu o cargo sete dias após a Folha revelar o diário em que ele dizia que privilegiava pastores lobistas a mando de Bolsonaro. A existência da atuação extrajudicial dos pastores foi revelada pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Há no orçamento público uma rubrica para compra de materiais, que incluem os kits de robótica. Os R\$ 26 milhões liberados para aquisição do material a esses municípios alagoanos representam 68% de tudo que foi pago neste ano pelo FNDE para todo o país.

Ligado ao MEC, o FNDE é controlado pelo centrão — o presidente do fundo, Marcelo Lopes da Ponte, era chefe de gabinete de Ciro Noqueira (PP-PI), ministro da Casa Civil e aliado de Lira. Os dois comandam o PP segundo quem dá sustentação a Bolsonaro.

A empresa fornecedora dos kits de robótica para as escolas é a Megalic, que funciona em uma pequena casa no bairro de Jatiuca, em Maceió, com capital social de R\$ 1 milhão.

Apesar de fechar contratos milionários, a empresa é intermediária, não produz kits. Os registros da Megalic indicam situação em diversas áreas, de materiais de limpeza a instrumentos médicos.

A Megalic está em nome de Roberta Lins Costa Melo e Edmundo Catunda, pai do vereador de Maceió João Catunda (PSD), próximos de Lira. A informação da relação de Lira com os donos da empresa foi revelada pela Agência Pública.

O vereador e o presidente da Câmara foram os responsáveis por levar o ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro, a um encontro com prefeitos em Maceió em novembro. O secretário de Educação de Barra de Santo Antonio, Gustavo Medeiros, disse à Folha que esteve neste evento. O município recebeu R\$ 2,4 milhões para compra de kits.

Continua na pág. 45



Escola na zona rural de Canapi (AL) contemplada em programa de robótica. O kit de robótica recebido pela escola na zona rural de Maravilha (AL). Vereador João Catunda ao lado de Arthur Lira em post de divulgação

saí por menos de R\$ 10 mil.

Na escola João Lemos Ribeiro, na zona rural da cidade de Maravilha, os professores receberam um kit da Megalic na última semana. A previsão é que outros 11 cheguem à escola, que não tem internet e somente dois computadores para uso dos professores — e nenhum para os alunos.

A diretora Juliane Lemos, 36, diz que ainda tem dúvidas sobre quais aprendizados poderá desenvolver com o equipamento. "Há professores encantados com o projeto, mas nossa prioridade aqui é ter internet e ar condicionado nas salas, porque aqui vir um forno e temos até que liberar os alunos."

Ministério não comenta; Lira diz não ter envolvimento

Questionados, o Ministério da Educação e o FNDE não responderam, assim como a Conagra e as prefeituras de União dos Palmares, Canapi, Santana do Mundaú, Branquinha e Maravilha.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, disse, em nota, que não tem envolvimento com contratação de empresas pelos municípios. Ele afirmou que, além de não ter solicitado a aceleração de liberações, esses processos obedecem a critérios técnicos objetivos definidos pelo próprio FNDE.

"No entanto, o presidente Arthur Lira é um deputado de base municipalista e trabalha assiduamente junto a todo e qualquer órgão visando a liberação de recursos para investimentos e custeios nas prefeituras que compõem a sua base", diz a nota, que ressalta que as cidades de Branquinha, Barra de Santo Antonio e Maravilha "não integram sua base".

O presidente da Câmara afirma ainda que não tem relação com a empresa Megalic e que suas famílias têm uma relação cordial e próxima advinda da atividade política.

Também em nota a Megalic afirmou que a atuação da empresa é exclusivamente comercial, sem cunho político.

"Os processos licitatórios seguem lei própria e estão sujeitos a fiscalização pelos órgãos de controle", diz a nota. "Diferente do que está sendo insinuado, não crescemos por conchavo político ou por nenhum tipo de repasse".

A empresa não informou quanto paga pelos kits que são revendidos por eles por preço, segundo ela, as informações compõem seus direcionamentos comerciais.

Roberta Lins Costa Melo, sócia da Megalic, disse à Folha que venceu as licitações que concorre e não tem relação com as prefeituras que aderiram às atas de preço.

Oss secretários de Educação de Barra de Santo Antonio e Fleixiras, Gustavo Medeiros e Maria José Gomes, disseram que não houve irregularidades e que toda a documentação técnica foi preenchida junto ao FNDE. A adesão a atas de preço já disponíveis, afirmaram, foi uma escolha para acelerar os processos e dentro da legislação.

O vereador João Catunda nega relação com a empresa de seu pai em qualquer negociação política. "A gente não misturava parte empresarial com política", disse.

ENTENDA O CASO

RS 26 milhões foi a verba do MEC direcionada para a compra de kits de robótica para escolas de ensino fundamental de pequenas cidades de Alagoas

De onde saiu o recurso FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)

Quando a liberação do recurso ocorreu entre fevereiro e março

Valor por unidade do kit RS 14 mil

Cidades de Alagoas beneficiadas: União dos Palmares, Canapi, Santana do Mundaú, Branquinha, Barra de Santo Antonio, Maravilha, Fleixiras

Percentual destinado a liberação para outros estados 67,6%

Relação de gestão em robótica por aluno nessas cidades de Alagoas de R\$ 611 a R\$ 1.473

Empresa contratada pelas prefeituras de Alagoas Megalic, que está em nome de Roberta Lins Costa Melo e Edmundo Catunda, pai do vereador de Maceió João Catunda (PSD), aliado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL)